

# Petrobras: novos riscos na Amazônia

Roberto Smeraldi\*

A recente demonstração de irresponsabilidade oferecida por uma empresa estatal como a Petrobras deveria chamar a atenção para a situação de risco da Amazônia brasileira, do ponto de vista da segurança do transporte de petróleo e gás natural. Poucos dias depois do crime ambiental do Rio de Janeiro, o afundamento do navio Miss Rondônia no Rio Pará — dessa vez pela Texaco — veio a constituir ameaça sem precedentes na região.

Já foram documentados os desastres provocados, há anos, pela exploração petrolífera na Amazônia equatoriana, antes por empresas estrangeiras e depois principalmente pela empresa estatal daquele país, que continua incapaz de garantir qualquer padrão mínimo de segurança. É fácil entender como as conseqüências potenciais de derramamentos sejam incalculáveis em ambientes frágeis como os das florestas e rios amazônicos.

Na Amazônia brasileira há um grande pólo de exploração de gás natural e petróleo — no Urucu, próximo de Tefé, no Estado do Amazonas — com pelo menos 37 milhões de barris de petróleo e 25 bilhões de metros cúbicos de gás natural. A Petrobras orgulha-se por ter tomado algumas medidas de proteção ambiental em escala local, que dizem apenas respeito ao local de exploração. Periodicamente, a empresa até leva jornalistas e observadores para visitar o estabelecimento. Mas o mundo inteiro sabe, com base em inúmeros desastres, que o maior risco desse tipo de empreendimento está no transporte.

Essa situação chama a atenção sobre uma questão delicada que envolve as responsabilidades do planejamento público (ex-Brasil em Ação, agora Avança, Brasil) e as funções do Estado regulador em relação à atuação de uma empresa estatal. A questão do transporte do gás de Urucu já fora prevista por meio de balsas, com o combustível liquefeito a baixa temperatura. Aliás, foi uma das razões usadas para justificar a hidrovía do Rio Madeira. Depois, sem qualquer consulta pública ou estudo de impacto prévio, a empresa assumiu que, em vez disso, seria construído um gasoduto até Porto Velho, cortando algumas das áreas mais sensíveis da Amazônia — incluídas florestas nacionais e terras indígenas — e

outras onde já ocorrem processos de ocupação desordenada (no sul do Amazonas, próximo de Rondônia). Quanto ao petróleo, a empresa manteve até agora um sigilo rigoroso, deixando apenas circular alguma escassa informação sobre o gás natural.

A Petrobras sempre alegou — e os técnicos do Ministério do Planejamento respaldaram a tese — ser uma empresa capaz de garantir que tudo isso será encaminhado de acordo com a lei (mas isso teria implicado, entre outras coisas, avaliações de impacto antes da decisão sobre o transporte, e não apenas depois) e que os planos de mitigação ambiental das obras previstas passarão pelo crivo dos padrões mais avançados.

Os recentes fatos do Rio de Janeiro — que tudo foram menos um “acidente” — revelaram que a empresa sonegara informação, que não dispunha de conhecimento suficiente sequer no topo de seu gerenciamento ambiental e que deixou de intervir mesmo sabendo das falhas existentes. Chegou a hora de responder publicamente às dúvidas que pairam sobre os planos da Petrobras. É ainda possível acreditar nas promessas da empresa e assinar para ela um mandato em branco para mexer em três mil quilômetros de Amazônia? O gasoduto vai precisar de estradas para manutenção, que se podem tornar facilmente acessos para os fluxos de colonização oriundos de Rondônia rumo aos municípios do sul do Amazonas.

É importante lembrar a tragédia de 1999 no oleoduto da Nigéria, quando se deixou que milhares de colonos pobres perdessem a vida por terem se instalado ao longo da obra. Quem vai garantir a segurança naquela região e com quais custos? Ainda a empresa continua omissa quanto à informação sobre petróleo e seu transporte, eventualmente também por outras empresas, como no caso da Texaco. Ela é pública, mas seus planos não? E o Plano Plurianual (PPA) do governo federal pode continuar dando sinal verde para uma empresa que mostrou não ter ainda idoneidade para lidar com precauções básicas na área ambiental?

■ Roberto Smeraldi, jornalista, é coordenador do Programa Amazônia, da entidade ambientalista Amigos da Terra

